



IDENTIDADE E DEVIR: DISPAROS MICROPOLÍTICOS

Nayara Lima Longo¹
Lília Lobo²

Como nos haver com processos de produção subjetiva que atuam na fabricação de corpos regulados, recortados, carregadores de fardos –pacotinhos de supostas essências- donde uma relação consigo é incessantemente capturada e atualizada em agenciamentos de controle e sobrecodificação? Quais as lutas ainda possíveis, em um mundo em que o poder não pode ser tomado como um agente externo ou repressor, mas sim como imediatamente produtor de existências, de modos de vida? Poderes disseminados em rede, incrustados nos corpos há ponto até quase de se confundir com sua materialidade e processos. O poder, tal como nos coloca Foucault:

opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento de sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.³

Corpos constantemente convocados, colados a sentidos e a formas. O que temos, deste modo, são forças atuando na tentativa de engendramento de um certo corpo que, modulado por um campo de possibilidades já instituídas, se debate em meio a uma miríade de formas que não cessam de serem repostas por centros de subjetivação e significância. Centros espalhados como pontos estratégicos, habitando corpos e suas linhas de virtualidades. Máquinas de produção de sentido que operam individualizando, estabelecendo e valorando fronteiras. O que temos são atravessamentos, espessuras, contornos, processos que interpelam e incidem sobre relações, virtualidades. Produzem corpos. Movimentam signos, dores, prazeres. Materialidade inscrita e extraída dos traços, pele e pêlos.

Como sustentar um campo de indagação que dê conta de tensionar este diagrama de forças hegemônicas, que em sua contínua variação busca produzir sempre o mesmo?

O que se pretende aqui é levantar alguns breves aspectos acerca de como certos corpos são produzidos, avaliados e hierarquizados, em um ativo e sistemático processo de materialização de marcas corporais, que, ligado estrategicamente a relações de poder, engendram a produção do diferente. Para tanto, iremos considerar o uso de certas ferramentas-conceitos, mais especificamente neste caso, identidade e devir, problematizando seus usos e implicações para pensar tais questões.

¹ Psicóloga. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. nayaralongo@yahoo.com.br

² Doutora em Psicologia. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

³ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. Em: Dreyfus e Rabinow. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995, 243.



A proposta que esboçaremos, doravante, será a de problematizar os processos de produção do corpo da mulher negra. A escolha dá-se pela óbvia constatação de que vivemos em meio a um processo de atribuição de marcas a estes corpos, marcas que operam produzindo para estes o lugar do diferente e da falta, uma vez que uma norma masculina e branca constitui-se como referência hegemônica na materialização dos corpos.

A aposta deste trabalho consiste em sublinhar os perigos e paralisias que uma luta calcada em identidades pode trazer em seu bojo, tentando, deste modo, disparar embates que levem em consideração a vida em seus movimentos e singularizações. Um embate que transborde os planos molares a que costumamos nos ater, e nos lancem nos devires moleculares⁴.

Da produção do diferente

Temos que primeiramente atentar para não tomar os efeitos por causas. Ao tomarmos questões que considerem o corpo da mulher negra na atualidade, é comum que já se parta do sujeito constituído, construindo nossas argumentações em torno de determinados signos que este corpo carrega e sustenta. Elegemos a diferença como se fosse naturalmente explícita, como características e atributos de determinados corpos.

O diferente, nesta perspectiva, é classificado por uma forma, uma materialidade, pedaços de corpo essencializados: linhas que de tão duras quase esmagam. Derivados deste enfoque clamam-se por políticas que visem compensar supostas faltas que estes corpos carregam, a resgatar a sua “verdadeira” cultura, a despertar na sociedade “a consciência e o respeito pelo diferente”. Exige-se a inclusão destes corpos nos circuitos sociais, aprovam-se leis, distribuem-se honrarias. O tal respeito à diversidade, palavra tão em voga na atualidade, de emprego tão corriqueiro quanto duvidoso, já que naturaliza a diferença e não a problematiza, circula nas bocas e papéis de modo incisivo, sempre pronto a aliviar nossas más consciências. Seguindo por uma certa lógica subjacente a este pensamento, poderíamos concluir que o que precisaríamos seriam ajustes, melhoramentos sociais, ou, quem sabe, uma espécie de conscientização geralmente colocada em termos psicológicos que, garantissem a todos/as, mesmo os/as diferentes, respeito e acesso aos “kits-cidadania”.

⁴ Podemos considerar dois planos indissociáveis, mas no entanto distintos, quando nos dispomos a problematizar o mundo e vida. Temos um plano das molaridades, das formas constituídas, das representações e instituições. Enquanto que, coextensivo a este plano, encontramos um plano molecular constituído por elementos informes, fluxos que percorrem o plano além ou aquém das formas, processos de diferenciação que não cessam de se repetir, de se agenciar deste ou daquele modo de acordo com sua velocidade ou lentidão. (Deleuze e Guattari, 1996)



Ao invés disto, se tomarmos não mais os sujeitos, mas as práticas que os objetificam, considerando as engrenagens e práticas sociais que operam na manufatura de modos de existência em massa, saltará a nossos olhos como a produção do diferente é eixo fundamental da máquina social em que vivemos. Deste modo, devemos considerar que trabalhar somente em cima de categorias já postas, nos coloca diante do perigo de uma luta reativa, que retroalimenta uma certa lógica hegemônica que sustenta-se principalmente de práticas, em modos de se fazer a vida.

O que se propõe, doravante, é que não partamos de sujeitos e objetos dados a-priori, nos limitando assim a investigar como estas mulheres de pele escura, narizes largos e cabelos crespos produzem suas interações com uma sociedade que as discrimina. É necessário que percebamos os binarismos implícitos neste tipo de pensamento, e os riscos que acarretam. Pensar em termos de sujeitos constituídos nos faz refém de certas verdades, de certas tecnologias de governo dos corpos que estabelecem para estes lugares específicos e estratégicos, valorando-os em nome de certos ideais.

Assim é que, debruçar-se sobre o corpo da mulher negra implica em problematizarmos maneiras de atualização de virtualidades de uma época histórica, que traça em pontilhado estas existências, sob um determinado regime de verdade.(Veyne,1998:254).

Regimes corporais dos mais diversos atuam na tentativa de subjetivar em torno de uma determinada verdade, operando através de prescrições e técnicas, constituindo modos do humano se constituir a si próprio em meio a conexões heterogêneas e complexas.(Rose,2001:35-50).

Pensar o corpo da mulher negra, e, por extensão os demais corpos mundanos, como efeito de práticas contingentes e precisas, que materializam e operam modos bem específicos destes corpos habitarem o mundo. Não mais um sujeito, mas um recorte em uma multiplicidade, real em seus efeitos e ao mesmo tempo fictício em sua naturalidade, produzido em meio a diagramas de poder carregados de sentidos que pesam sobre estes corpos.

Práticas sociais, que em meio a uma teia de complexas e heterogêneas relações, produzem objetivações. Neste sentido é que para Foucault matéria é ato:

a matéria da loucura (behavior, microbiologia nervosa) existe realmente, mas não como loucura; só ser louco materialmente é precisamente não o ser ainda. É preciso que um homem seja objetivado como louco para que o referente pré-discursivo apareça, retrospectivamente, como matéria da loucura; por que o behavior de preferência as impressões digitais? (...) as diferenças moleculares não são a loucura (...). O que entre nós é matéria da loucura será matéria de qualquer outra coisa numa outra prática⁵.

O sentido vai funcionar enquanto referência dando visibilidade a certas relações dos corpos e produzindo um referente, em um recorte a posteriori e em ato. (Lobo, 2004:202). O que viemos

⁵ VEYNE,P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UNB, 1998,266.



tentando demonstrar através deste exemplo acerca da loucura é que os corpos habitam sentidos. Sentidos estes produzidos por práticas sociais que, constantemente atualizadas e reconfiguradas, ligam-se se a relações de dominação que se configuram como hegemônicas.

Talvez neste momento seja interessante mencionar, ainda que brevemente, o trabalho de Judith Butler, que maneja a questão sexo/gênero de maneira a considerar a materialização dos corpos como efeito do poder. Para Butler (1999:153-163) a categoria 'sexo' é normativa, sendo uma espécie de ideal regulatório em termos foucaultianos. É assim que 'sexo' configura-se como elemento de “uma prática regulatória que produz os corpos que governa”. Uma vez que sexo seja “compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória”.

Gênero, nesta perspectiva, é que cria o sexo, e não ao contrário; constituindo-se como palavra-de-ordem para materialização do sexo e, convocando, desta maneira, os sujeitos para assumirem suas identidades.(Teixeira,2010:50). Deste modo é que “não existe nenhuma referência ao corpo puro que não seja, ao mesmo tempo, uma formação adicional daquele corpo”.(Butler,1999:164)

O que temos são então identidades distribuídas em atos performativos :“(...) não é nem sujeito, nem o ato, mas um processo de reiteração pelo qual tanto os 'sujeitos' quanto os ' atos' vêm aparecer totalmente”. (Butler,1999:163) .

Mas respiremos um pouco: “o fato de que essa reiteração seja necessária é sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais a materialização é imposta.” (Butler,1999:154).Uma vez que este esquema de submissão e produção de corpos se refere a esquemas regulatórios que não são eternos, e sim produções históricas que não cessam de se rearranjar, há linhas de abertura passíveis de interferirem nestes jogos de poder e significação.

Breves coordenadas históricas

Até aqui sugerimos que a diferença vai designar “um modo de operar de um corpo, ou melhor, a expressão de um modo de operar das práticas sociais normativas”. Mulher e homem, branca e negra: formas constituídas historicamente que vão operar dando contornos às forças e produzindo sensações e sentidos quando do encontro de corpos.(França, 1998:210).



Mas quais são as condições de possibilidade da emergência desta tecnologia política que opera esquadrinhando multiplicidades e investindo maciçamente na produção de fronteiras entre os corpos, tentando fixá-los em identidades?

A história das relações sujeito-verdade, na modernidade, passa pelo desenvolvimento e propagação da prática normativa a fim de resolver o problema do poder, quais sejam: ordenar multiplicidades, comparar o todo com as partes, relacioná-las umas com as outras no interior de uma lógica de individualização⁶.

Mudanças econômicas e políticas do século XVIII impuseram outra constituição e distribuição tecnológica de controle social na disposição das forças produtivas: fez-se necessário inventar técnicas que assegurassem uma irrigação dos efeitos de assujeitamento por todo o social. Partindo de uma economia política da verdade, produzem-se saberes que, entrelaçados a complexas redes de poder, vão selecionar e constituir corpos e comportamentos desejáveis para o 'bom funcionamento social'. Assim é que “o saber oferece o corpo aos efeitos do poder”, ou seja, um saber sobre o corpo, não é apenas a produção de um conhecimento sobre o seu modo de funcionar, como também a criação de técnicas que governam suas forças: tecnologia do corpo que é simultaneamente sujeição, objetivação, investimento, produção.(França, 1998:206-7) Observamos desta feita, uma tecnologia política que vai incidir diretamente sobre os corpos, ou, como nos coloca Foucault (2004:26) uma microfísica do poder manejada por aparelhos e instituições, cujo campo de validade se coloca entre estes grandes funcionamentos e os próprios corpos em sua materialidade e forças. Para esta nova organização política é importante que os corpos veiculem “um quantum de poder que produzirá e reproduzirá o domínio que se exerce sobre eles”.(França,1998:206)

É neste contexto de gestão administrativa dos corpos, baseada em uma vontade de ordem, que uma certa moral e determinados valores sociais tidos como desejáveis, travestem-se elegantemente como verdades, sendo traduzidos e tutelados por discursos e práticas que se pretendem como legítimos e universais.

A norma emerge como resultado de uma série de operações que institui e atribui sentido a polaridades cujos pólos carregam sempre uma ligação assimétrica entre si, só se tornando possível a partir da referência de um grupo a si mesmo, (Veiga-Neto,2001:8).

É a norma que permite a “unificação da população e a identificação dos indivíduos que a compõem, de acordo com seus mecanismos de auto-referência”. Deste modo, é que vai funcionar como um princípio de unidade, como medida comum que vai apreciar o que é conforme a regra e o que dela diverge, tornando possível a comparação e a individualização. (França,1998:205-210).

⁶ EWALD apud FRANÇA S.A.M. Diferença e preconceito: a efetividade da norma. Em Aquino, J. *Diferença e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, Summus,1998,207.



Apesar de sua naturalização e da sua pretensão de universalidade, evidencia-se como é historicamente ligada a mecanismos de regulação e ordenamento social baseados em interesses de determinados grupos . Assim é que a produção do diferente só se torna possível em relação a sua não semelhança com certos modos de habitar o mundo que constituem-se como hegemônicos, sendo a estes reservados lugares e funções bem específicas.

Seguindo por esta perspectiva, somos levados a reconhecer que identidades de gênero, raciais, sexuais, nacionais, entre outras, foram historicamente formuladas à serviço da regulação, aperfeiçoamento, reforma, policiamento, ou mesmo da eliminação daqueles desta forma identificados.(Rose, 2001:52).

Com isto, algumas questões se fazem (im)pertinentes. Ainda que muitos reivindicações se pautem por projetos de identidade para exigir mudanças, voltando-se muitas vezes contra os próprios regimes que as criaram, não seria o caso de avaliar os custos destas categorias forjadas no bojo de relações de dominação? Não seria o caso de recusar os nomes que nos são oferecidos, em que se é reconhecido, em um questionamento de dispositivos que intentam nos dizer a verdade sobre nós mesmos?

Dos processos de diferenciação

O que viemos tentando colocar até aqui, é que quando orientamos-nos pela noção da identidade para se pensar a problemática de determinados corpos em nossa sociedade corremos o risco de circunscrever a realidade, fazendo “passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável”.(Guattari e Rolnik,1986:73). A tentativa foi de evidenciar como esta forma identidade só se torna possível pela captura de certas relações de força, de maneira que, a cada vez que utilizamos este termo reificamos uma concepção de subjetividade que só se faz inteligível em meio a máquinas de segmentaridade social. Invisibilizando, nesta operação, processos que engendram estes mesmos modos de subjetivação, e, com isto, perdendo força para desmontar esta mesma lógica.

Mas como operar um pensamento que não remeta a identidades e aos seus derivados?

Aproximando-nos mais um pouco da obra de Deleuze e Guattari, diríamos que um primeiro passo, seria escapar da lógica da raiz que remete tudo ao um. A proposta passaria por um método do tipo rizoma que não tem ponto de partida, nem de chegada, está sempre entre, no meio, operando por conexões, sem origem ou finalidade. Não a procura de homogeneidade e das constantes com as



quais nos acostumamos a pensar, e sim a consideração da vida em seu engendramento incessante do heterogêneo.

Um dos princípios do rizoma será encontrar a multiplicidade em vez do múltiplo ou plural. Explico: enquanto o múltiplo procura unidades, pedacinhos, a multiplicidade encontra dimensões, direções moventes, intensidades. Assim, não se apoia em pontos ou posições, mas em linhas de memória curta, que se atravessam e conectam de maneira provisória e operando por mutações. Deste modo:

Todas as referências que me constituem são um conjunto polifônico, sem a coerência de uma identidade ou a lógica de uma dialética, mas que pode adquirir a consistência de um paradoxo: sem ponto de partida, nem chegada- uma espécie de eternidade que se desdobra infinitamente no passado e no futuro⁷.

Como colocado por Deleuze e Guattari (1995:25) uma constante define-se por sua função de centro, ainda que relativo, menos que por sua duração ou permanência. Neste contexto, trataria-se de “substituir as formas centrais pelo desenvolvimento contínuo de uma forma que não para de se dissolver ou de se transformar.”

Assim é deste modo que saímos de uma luta que se atém ao reconhecimento, luta instrumentada por um resgate de uma verdadeira origem, ou pela busca de um ser verdadeiro que estaria sendo oprimido socialmente, bastando tirar os véus da opressão para encontrá-lo e assim incluí-lo, e, talvez quem sabe redimi-lo. A questão se desenrolaria muito mais pela criação de linhas de passagem que solapem o verbo ser, e abram nossos embates com dimensões efetivamente inventivas e contaminantes da existência.

Trata-se da possibilidade de pensar as minorias (aqui entendidas não quantitativamente, mas como subsistemas em relação a uma maioria que, por sua vez, remeteria a uma constante, a um metro-padrão, a um modo de normalização) como germes de devir e “que só valem enquanto detonadores de movimentos incontrolláveis e de desterritorializações da média ou da maioria”(Deleuze e Guattari, 1995:38). Pensar que processos de singularização femininas, negras em sua potência de constituição podem colocar em xeque o funcionamento e a finalidade das sociedades atuais como um todo.

É importante atentar que não estamos nos remetendo a uma propriedade inata dos corpos femininos e negros, algo que eles portassem a-priori. O que tentamos colocar é que deixando de concebê-los em termos de falta, ou em relação a uma maioria, ganharemos a riqueza de investir em processos de diferenciação, ao invés de investir na diferença. Perceber que a comparação só é

⁷ LOBO, L. *Pragmática e subjetivação por uma ética impiedosa do acontecimento*. Em *Psicologia em Estudo*, Maringá, v 9, n 2, mai/ago 2004, 200.



possível em função de uma certa normalização, em um processo de captura da incessante potência de variação que é própria da vida. A questão fica entre habitar os sentidos dominantes, que pretendem conter todos os modos legítimos de ser e estar no mundo, ou investir em processos que, a cada momento, permitam a criação de outros e novos sentidos, de modo que a vida passe, potente e forte.

Assim é que a problemática que mulheres negras singularizam em seu campo, não é do âmbito do particular, dizendo apenas da constituição destas subjetividades, mas ao contrário, remetem imediatamente à processos transversais, devires subjetivos que não cessam de conectar-se, criando condições de possibilidade para que façam-se rupturas nas estratificações e modos de subjetivação dominantes. Como afirmam Guattari e Rolnik (1986:77): “existem vias de passagem inconscientes entre diferentes formas de racismo, entre diferentes formas de segregação”.

Tendo que os sistemas hegemônicos alimentam-se da produção de subjetividade, a proposta é agenciar as coisas de tal maneira que os processos de singularização não se recuperem na formação de identidades molares. A micropolítica consiste em produzir um agenciamento que faça com que estes processos se apoiem mutuamente, de modo a se tornarem mais intensos e atingirem os modos de produção subjetiva como um todo. (Guattari e Rolnik, 1986:79)

Quando falo de devir, portanto, remeto a processos moleculares, a possibilidades de experimentação que permitam extrair força das singularidades dos encontros, enfim, a uma dimensão da experiência em que a realidade se apresenta como tempo. A aposta reside justamente no que escapa as classificações e conjugações das categorias, investindo na potência instituinte de cada corpo em sua abertura para um plano heterogêneo e povoado de multiplicidades, e assim, e por isto, podendo inventar existências mais ativas, soberanas e alegres.

Bibliografia

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Em: Louro G. L.. *Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil platôs.- capitalismo e esquizofrenia*, vol. 2 . São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELEUZE G. & GUATTARI, F. *Mil platôs.- capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3 . São Paulo: Ed. 34, 1996.

FOUCAULT, M. *O sujeito e o poder*. Em: Dreyfus e Rabinow. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.



FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

FRANÇA, S.A.M. Diferença e preconceito: a efetividade da norma. Em Aquino, J. *Diferença e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, Summus, 1998.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.

LOBO, L. *Pragmática e subjetivação por uma ética impiedosa do acontecimento*. Em *Psicologia em Estudo*, Maringá, v 9, n 2, mai/ago 2004.

ROSE, N. *Como se deve fazer a história do eu?* Em: *Educação e realidade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. v.26, n 1, jan/jul. 2001.

TEIXEIRA, J.M.D. *Gênero e a sexualidade de jovens em Cabo Verde: as condições de autonomia e afirmação*. Projeto de qualificação de mestrado em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010. não publicado.

VEIGA-NETO, A. *Incluir para saber. Saber para excluir*. Em *Pro-posições*, v12, n 2-3, jul-nov, 2001.

VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UNB, 1998.